

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 102ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 05 de novembro de 2009.

LOCAL: Sala de Reuniões, 9º andar, sala 902, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Luigi Nese, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNS; Ezequiel Sousa do Nascimento, Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Marcus Pereira Aucélio, Conselheiro Titular Representante do MF; Remígio Todeschini, Conselheiro Suplente Representante do MPS; Renato Antônio Henz, Conselheiro Suplente Representante do MAPA; Adoniram Sanches Peraci, Conselheiro Suplente Representante do MDA; Paulo Libergott, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Luiz Fernando de Souza Emediato, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; José Gabriel Teixeira dos Santos, Conselheiro Titular Representante da NCST; Ubiraci Dantas de Oliveira, Conselheiro Titular Representante da CGTB; Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Suplente Representante da CTB; e, Nelson de Abreu Pinto, Conselheiro Titular Representante da CNTur. **Convidados:** Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego; e, Nilton Vasconcelos, Presidente do FONSET.

1 Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e nove, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e
2 Emprego, teve início a Centésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de
3 Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a presidência do Conselheiro Titular Representante da CNS,
4 Sr. Luigi Nese. **I - ABERTURA:** O Presidente cumprimentou a todos registrando a presença do
5 Presidente da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços - CNS, Sr. José
6 Carlos de Souza Abrahão. Na sequência, passou a palavra ao Ministro do Trabalho e Emprego, Sr.
7 Carlos Roberto Lupi, que saudou os presentes. O Ministro declarou que no mês de novembro em curso
8 se ultrapassaria a marca de um milhão de empregos gerados, acrescentando que acreditava em um
9 crescimento do Produto Interno Bruto – PIB em torno de 2%. Relatou que já estava finalizado o
10 Decreto para substituição das quatro Confederações Patronais que haviam se retirado do CODEFAT
11 durante a 101ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de julho de 2009, ressaltando que esse evento havia
12 ocorrido alheio à vontade do MTE, bem como que não houve qualquer interferência do Ministério na
13 eleição para a presidência do Conselho. Observou que a Avaliação Externa do Programa Seguro-
14 Desemprego, a cargo da Universidade de Brasília – UnB, encontrava-se em fase de conclusão, devendo
15 ser apresentado brevemente aos Conselheiros. Destacou a importância do pagamento do benefício do
16 seguro-desemprego, o qual amparava o trabalhador no momento em que se encontrava desempregado,

17 quando mais necessitava de auxílio financeiro. Saudou o novo Presidente do CODEFAT, que dirigia os
18 trabalhos pela primeira vez, desejando-lhe sorte e sucesso em sua gestão à frente do Conselho.
19 Manifestou sua satisfação em contar com a participação dos setores de serviços e de turismo no
20 CODEFAT, destacando que o setor de serviços se constituía em um dos maiores geradores de
21 empregos do País, tendo sido de grande importância para a superação da crise por parte do Brasil.
22 Registrou que todas as Prestações de Contas do FAT, até o exercício de 2006, encontravam-se
23 aprovadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU. O Ministro finalizou, agradecendo aos
24 Conselheiros pela dedicação e empenho no exercício das atividades junto ao CODEFAT. O Presidente
25 agradeceu as palavras proferidas pelo Ministro, assim como o reconhecimento da importância do setor
26 de serviços, que contribuía com quase 27% dos recursos aportados ao FAT. Na seqüência, passou a
27 palavra para o Presidente da CNS (Saúde), que enalteceu a atuação do Ministro Lupi à frente do MTE,
28 especialmente pelo diálogo promovido junto às confederações patronais. O Presidente da CNS (Saúde)
29 ressaltou a importância do setor de saúde para a economia, que representava cerca de 8% do PIB,
30 declarando que buscava contribuir para o sucesso da gestão do novo presidente. Informou que na
31 próxima semana o Brasil estaria sediando, pela primeira vez, um Congresso Nacional de Hospitais e
32 Serviços de Saúde, que contaria com a presença de mais de mil e duzentos participantes, sendo sessenta
33 deles de diversos países, inclusive alguns Ministros de Estado, cuja finalidade seria observar o modelo
34 da saúde do País. Na sequência, o Presidente abriu as inscrições para manifestações. O Conselheiro
35 Titular Representante da CNTur, Sr. Nelson de Abreu Pinto, informou que se encontrava em fase final
36 de elaboração um documento conjunto das Confederações de Serviços, de Turismo e da Saúde,
37 pleiteando a criação de um Sistema “S” (Serviço Social e Serviço de Qualificação Profissional),
38 solicitando ao Ministro e aos demais Conselheiros apoio à sua aprovação. O Conselheiro Titular
39 Representante da CGTB, Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, sugeriu, para a próxima reunião, uma
40 discussão sobre como os investimentos do BNDES poderiam colaborar ainda mais para a geração de
41 emprego e o desenvolvimento do País, ressaltando que o debate visaria apresentar contribuições nesse
42 sentido. Defendeu que o BNDES destinasse maior volume de recursos para as micro e pequenas
43 empresas. O Conselheiro Suplente Representante do BNDES, Sr. Paulo Libergott, informou que o
44 Banco já havia se colocado à disposição do MTE para receber os Conselheiros em sua sede, no Rio de
45 Janeiro, a fim de realizar uma apresentação sobre o funcionamento da instituição, com exposição de
46 dados, números e forma de operacionalização. Declarou, segundo dados da série histórica de 1999 até a
47 presente data, que cerca de 25% dos investimentos do BNDES se encontravam nas micro, pequenas e
48 médias empresas, enfatizando que o Banco havia baixado taxa de *spread*, criado linhas de crédito e
49 estendido prazos. Declarou que o BNDES vinha fazendo um grande esforço para manter o
50 investimento na economia, tanto que nesse ano de 2009 estimava-se um desembolso recorde de

51 R\$130,0 bilhões, contribuindo fortemente para a manutenção e geração de empregos. O Ministro
52 declarou que o BNDES havia sido fundamental nesse momento de crise econômica, mas que deveria
53 estar aberto a sugestões e críticas, avaliando positivamente a proposta do Banco de receber os
54 Conselheiros do CODEFAT para uma apresentação sobre a instituição. Em seguida, o Ministro
55 informou que estava se retirando da reunião, desejando a todos um bom trabalho. O Conselheiro Titular
56 Representante da Força Sindical, Sr. Luiz Fernando de Souza Emediato, relatou que esta seria sua
57 última participação como Conselheiro, após catorze anos como membro do CODEFAT, registrando
58 que seria substituído pelo Sr. Sérgio Luiz Leite, o qual se encontrava presente e que aguardava somente
59 a publicação de sua nomeação no Diário Oficial da União para integrar o Conselho. O Presidente
60 parabenizou o Conselheiro Luiz Emediato pela gestão competente na presidência do CODEFAT no
61 biênio 2007/2009. Na sequência, o Presidente passou para **II – APROVAÇÃO DE ATA: ITEM 1 –**
62 **Atas da 55ª Reunião Extraordinária e da 101ª Reunião Ordinária, realizadas em 07 e 28 de julho**
63 **de 2009, respectivamente.** O Presidente informou ter solicitado que na Ata da 101ª Reunião Ordinária
64 constasse sua manifestação de voto para a presidência do CODEFAT no biênio 2009/2011, o que já
65 havia sido atendido. O Presidente indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, considerou
66 aprovadas as Atas em referência. Em seguida, o Presidente passou para **III – APRESENTAÇÃO –**
67 **ITEM 2 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, tema:**
68 **Comparativo da Proposta Orçamentária do FAT – Exercício 2010 com o Projeto de Lei**
69 **Orçamentária – PLOA 2010.** O Titular da Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT, Sr.
70 Paulo César Bezerra de Souza, apresentou quadro relativo às Despesas do FAT que constava no PLOA
71 2010 e sua respectiva variação em relação ao Orçamento aprovado pelo CODEFAT: i) Inversões
72 Financeiras – R\$12,0 bilhões, +18,5%; ii) Despesas Obrigatórias – R\$28,8 bilhões, -6,2%; e, iii)
73 Despesas Discricionárias – R\$693,7 milhões, -69,2%. Destacou o corte efetuado nas Despesas
74 Discricionárias, a qual saiu de R\$2,25 bilhões para R\$693,7 milhões, enfatizando a redução ocorrida
75 nas seguintes ações/despesas: 1) Sistema Nacional de Emprego – SINE – R\$613,6 milhões para
76 R\$154,8 milhões; e, ii) Qualificação Social e Profissional – R\$1,0 bilhão para R\$161,2 milhões.
77 Ressaltou, do lado das Receitas, que no PLOA 2010 a projeção de arrecadação do PIS/PASEP (R\$30,1
78 bilhões) estava 19,2% superior ao que constava no Orçamento aprovado pelo CODEFAT (R\$25,3
79 bilhões). O Presidente destacou que os recursos para a ação “Qualificação Social e Profissional” foram
80 drasticamente cortados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, propondo uma
81 discussão junto àquele Órgão no sentido de classificar os gastos dessa rubrica como sendo
82 investimento, e não despesa. Em seguida, o Presidente abriu as inscrições para manifestação. O
83 Conselheiro da CGTB observou que o Conselho deveria se dirigir diretamente ao Congresso Nacional
84 no sentido de buscar melhorar o orçamento do FAT, haja vista que o PLOA 2009 já se encontrava

85 naquela Casa para apreciação. O Presidente considerou importante conversar inicialmente com o
86 Planejamento, o que poderia facilitar o diálogo junto ao Congresso Nacional para solicitar
87 modificações no orçamento. O Conselheiro Titular Representante da CUT, Sr. Quintino Marques
88 Severo, considerou como sendo muito otimista a projeção de arrecadação do PIS/PASEP por parte do
89 Ministério do Planejamento, acrescentando que seria importante promover uma discussão a respeito da
90 Desvinculação de Receitas da União – DRU incidente sobre os recursos do FAT. O Presidente do
91 FONSET, Sr. Nilton Vasconcelos, afirmou que os investimentos no Sistema Público de Emprego,
92 Trabalho e Renda contribuíam para a redução dos gastos com seguro-desemprego, apontando que os
93 cortes realizados no orçamento do FAT inviabilizariam o referido Sistema, destacando os cortes nos
94 recursos para as seguintes ações: Emissão de Carteira de Trabalho, Habilitação do Seguro-Desemprego,
95 Intermediação de Mão-de-Obra e Qualificação Social e Profissional. O Conselheiro Suplente
96 Representante da CTB, Sr. Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, ressaltou a importância de uma
97 discussão sobre a alta rotatividade da mão-de-obra no país e os custos que isso acarretava. O
98 Conselheiro da Força Sindical propôs a recuperação do expediente encaminhado ao TCU contendo as
99 providências tomadas pela presidência do CODEFAT relativas ao déficit primário do FAT, em
100 atendimento a notificação exarada pelo referido Tribunal. Sugeriu que se buscasse excepcionar os
101 recursos do FAT da incidência da DRU, a exemplo do que havia ocorrido com o Ministério da
102 Educação, recomendando, a elaboração de uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC com esse
103 propósito, que dada à relevância do assunto, seria mais fácil de ser aprovada. O Conselheiro da CNTur
104 informou que precisaria se ausentar para atender outro compromisso, sendo substituído pelo seu
105 suplente. O Conselheiro Suplente Representante da CNTur, Sr. Plínio Sarti, apontou para a necessidade
106 de convencer o Ministério do Planejamento sobre a importância de estabelecer um equilíbrio no tripé
107 formado pelo seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra e qualificação profissional, tendo em
108 vista a concentração dos recursos para o pagamento do benefício do seguro-desemprego. O Conselheiro
109 Suplente Representante do MPS, Sr. Remígio Todeschini, defendeu uma discussão no sentido de
110 excepcionar todos os recursos que compõe o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda de
111 incidência da DRU. O Presidente propôs que todos os Conselheiros, em bloco, se dirigissem ao
112 Ministério do Planejamento e, posteriormente, ao Congresso Nacional, a fim de discutir o orçamento
113 do FAT para o exercício de 2010, não tendo sido registrada nenhuma manifestação em contrário. Na
114 sequência, o Presidente passou ao **ITEM 3 – Apresentação pelo Banco do Brasil/BB-DTVM, tema:**
115 **Aplicação das disponibilidades financeiras do FAT no Fundo de Investimento Financeiro Curto**
116 **Prazo, BB-Extramercado.** O Representante da BB-DTVM, Sr. Eduardo Lacerda Campos, discorreu
117 sobre a evolução da gestão das disponibilidades financeiras no FAT, informando que o Fundo BB-
118 Extramercado registrava, em outubro de 2009, patrimônio líquido de R\$19,5 bilhões e rendimento

119 médio de 99,9% do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários). Registrou que a carteira estava
120 composta principalmente pelos seguintes títulos: i) 87,08% em títulos pós-fixados - Letras Financeiras
121 do Tesouro – LFT; e, ii) 0,89% em títulos pré-fixados - Letras do Tesouro Nacional – LTN. Declarou
122 que a composição dessa carteira tinha por objetivo preservar o valor ao longo do tempo, com a maior
123 segurança possível, dada a natureza dos recursos e das suas aplicações. O Presidente abriu as inscrições
124 para manifestação, observando que os recursos do FAT deveriam priorizar a empregabilidade, e não o
125 rendimento financeiro. O Conselheiro da Força Sindical recordou que o MF havia se comprometido a
126 estudar a possibilidade de administrar os recursos do Fundo FAT Extramercado a uma taxa inferior à
127 cobrada pela BB-DTVM, atualmente em 0,10% sobre o patrimônio líquido do Fundo. O Conselheiro
128 Titular Representante do MF. Sr. Marcus Pereira Aucélio, informou que buscava apresentar o
129 mencionado estudo na próxima reunião ordinária do CODEFAT. Na sequência, o Presidente passou ao
130 **ITEM 4 – Apresentação pela Coordenação-Geral de Informática do MTE, tema: Posicionamento**
131 **sobre o desenvolvimento do SIGFAT.** O Coordenador-Geral da CGI, Sr. Sérgio Alves Guimarães
132 Cotia, esclareceu que o Sistema Integrado de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador – SIGFAT
133 proporcionaria à CGFAT o fortalecimento dos mecanismos de controle para uma melhor administração
134 dos recursos do FAT. Explicou que o SIGFAT contemplava vários módulos, dos quais destacou o de
135 Movimentação Financeira, que contava com as opções Apoio, Depósitos Especiais e Extrato
136 Financeiro, as quais já haviam sido validadas pela CGI e se encontravam em homologação pela
137 CGFAT. O Presidente indagou sobre o prazo para o Sistema entrar em funcionamento, ao que o
138 Coordenador-Geral da CGFAT afirmou que precisaria de pelo menos cinco dias para efetuar os testes
139 necessários à homologação. O Presidente, diante dessa afirmação, declarou que gostaria de ver o
140 SIGFAT em funcionamento até o dia 10 do presente mês. O Vice-Presidente do CODEFAT e
141 Conselheiro Titular Representante do MTE, Sr. Ezequiel Sousa do Nascimento, sugeriu que a CGI e a
142 CGFAT, na próxima reunião do Conselho, realizassem uma demonstração do SIGFAT em
143 funcionamento. Prosseguindo, o Presidente passou ao **IV – ASSUNTOS PARA HOMOLOGAÇÃO:**
144 **ITEM 5 - Ratificação da Resolução nº 618, de 8 de outubro de 2009, aprovada *ad referendum*, que**
145 **altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de**
146 **2009 – PDE/2009, de que trata a Resolução nº 586, de 17 de dezembro de 2008, e suas alterações.**
147 O Coordenador-Geral da CGFAT arrazoou que por meio da Resolução nº 589, de 11 de fevereiro de
148 2009, que alterou a PDE/2009, o CODEFAT havia autorizado a alocação do montante de R\$200,0
149 milhões destinado ao financiamento de capital de giro para empresas de comércio de veículos usados,
150 valor este que foi depositado no Banco do Brasil em 20 de fevereiro de 2009, em atenção à solicitação
151 da referida instituição financeira. Explicou que o Banco havia informado que em face de dificuldades
152 de ordem tecnológica e operacional os desembolsos para os tomadores dos recursos não ocorreram

153 dentro do prazo previsto, gerando a necessidade de recolhimento antecipado ao FAT de Reembolso
154 Automático - RA no valor de R\$105,0 milhões, o que aconteceu no dia 10 de julho de 2009. Esclareceu
155 que o Banco do Brasil, de forma não haver solução de continuidade do atendimento da demanda de
156 capital de giro das empresas de comércio de veículos usados, em função da insuficiência de recursos do
157 FAT, solicitou a realocação do montante que havia sido antecipadamente recolhido, o que foi acatado
158 por meio da Resolução nº 618/2009, aprovada *ad referendum*, que autorizou a alocação de recursos no
159 montante de R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais) para a linha de crédito especial FAT –
160 Giro Setorial (veículos usados), de modo que a PDE/2009 passou ao valor total de R\$4.605.000.000,00
161 (quatro bilhões e seiscientos e cinco milhões de reais). O Presidente indagou se havia alguma
162 manifestação, em não havendo, considerou ratificada a Resolução nº 618/2009. Em seguida, passou ao
163 **V – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 6 - Termo de Alocação de Depósito Especial do**
164 **FAT – TADE e Termos Aditivos – TA, realizados no período de julho a setembro de 2009.** O
165 Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly, observou que no período em referência
166 havia sido celebrado 1 (um) TADE com o Banco do Brasil no valor de R\$150.000.000,00 (cento e
167 cinquenta milhões de reais); e 3 (três) TA no montante de R\$432.000.000,00 (quatrocentos e trinta e
168 dois milhões de reais), distribuídos conforme a seguir: i) CAIXA – 1 (um) no valor de R\$5,0 milhões;
169 ii) FINEP - 1 (um) no valor de R\$54,0 milhões; e, iii) Banco do Brasil – 1 (um) no valor de R\$373,0
170 milhões. O Presidente indagou se havia alguma observação, em não havendo, considerou aprovado o
171 Item em tela. Em seguida, passou ao **ITEM 7 - Proposta de Resolução que dispõe sobre a**
172 **compensação de restituição de parcelas do Seguro-Desemprego.** O Titular da Coordenação-Geral
173 do Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Identificação Profissional – CGSAP, Sr. Márcio Alves
174 Borges, enfatizou que essa medida visava regulamentar os procedimentos para restituição de parcelas
175 do Seguro-Desemprego recebidas indevidamente pelo segurado, utilizando-se para tal finalidade à
176 compensação, instituto originário do Direito Civil, que tinha por prisma a extinção de obrigações, até o
177 valor da quantia, entre pessoas que fossem, ao mesmo tempo, credor e devedor uma da outra. Observou
178 que a Advocacia-Geral da União - AGU manifestou-se favorável à compensação, conforme trecho da
179 Nota Jurídica nº 1.220/2008, a seguir transcrito: (...) *reputamos que a dedução ou compensação de*
180 *parcelas indevidamente recebidas a título de seguro-desemprego não só pode como deve ser efetivada*
181 *pela Administração, mormente quando o ordenamento jurídico não consagra o locupletamento*
182 *indevido e o gestor público estará sujeito a responder por improbidade administrativa quando não*
183 *adotar as medidas legais a seu alcance, tendentes ao ressarcimento do indébito ao erário.* Relatou que
184 a Consultoria Jurídica do MTE, por meio do PARECER/CONJUR/MTE/Nº 163/2009, recomendou,
185 como forma de recuperação de valores indevidamente pagos a título de seguro-desemprego, que o
186 CODEFAT, no uso de seu poder normativo (art. 19, inciso X, da Lei nº 7.988, de 11 de janeiro de

187 1990), editasse resolução normatizando o procedimento de compensação de parcelas. O Coordenador-
188 Geral da CGSAP finalizou, declarando que a partir dessa recomendação estava sendo apresentada a
189 presente Proposta de Resolução, a qual estabelecia que, constatado o recebimento indevido e a
190 obrigação de restituição pelo trabalhador por ocasião do processamento de novo benefício, o MTE
191 promoveria a compensação, nas datas de liberação de cada parcela, dos valores devidos ao Erário
192 Público com o saldo de valores do novo benefício. O Presidente indagou sobre o montante dessas
193 restituições, ao que o Coordenador-Geral da CGSAP esclareceu que no ano de 2009 havia cerca de
194 R\$5,0 milhões a serem restituídos. O Conselheiro da CUT observou que o recebimento indevido de
195 parcelas do benefício do seguro-desemprego ocorria, na maioria das vezes, por desinformação, e não
196 por má fé do trabalhador. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo,
197 considerou aprovada a Proposta de Resolução em tela. Na sequência, passou ao **ITEM 8 - Proposta de**
198 **Resolução que faculta a utilização de Requerimento do Seguro-Desemprego (RSD) e de**
199 **Comunicação de Dispensa (CD), aprovado pela Resolução nº 608 de 2009, mediante o acesso ao**
200 **Sistema Seguro-Desemprego – SDWeb.** O Coordenador-Geral da CGSAP explicou que essa proposta
201 de Resolução tinha por objetivo facultar aos empregadores, previamente autorizados pelo MTE, a
202 utilização de Requerimento do Seguro-Desemprego (RSD) e de Comunicação de Dispensa (CD),
203 disponíveis no Sistema Seguro-Desemprego – SDWeb, na forma aprovada pela Resolução CODEFAT
204 nº 608, de 27 de maio de 2009, bem como validar os atos praticados com fulcro na mencionada
205 Resolução, por meio da qual essa rotina havia sido disponibilizada para empregadores estabelecidos no
206 Distrito Federal, como Projeto Piloto. Informou que em atendimento à solicitação apresentada no
207 Grupo de Apoio Técnico ao CODEFAT – GTFAT, pela Representante da CUT, Sra. Rosane de
208 Almeida Maia, informaria os principais resultados do Projeto Piloto SDWeb Empregador: i) o Sistema
209 foi disponibilizado às empresas a partir de 1º de junho de 2009; ii) 71 empresas aderiram à utilização
210 do Sistema; iii) 78 desligamentos informados por formulário avulso; iv) 250 desligamentos informados
211 através do SDWeb; e, v) 154 requerimentos ativados através do SDWeb pelos postos de atendimento.
212 O Presidente indagou se havia alguma previsão quanto à homologação efetuada junto aos sindicatos de
213 trabalhadores, ao que o Coordenador-Geral da CGSAP esclareceu que essa questão seria de
214 competência da Secretaria de Relações do Trabalho – SRT/MTE. O Presidente arrazoou que a emissão
215 do formulário do seguro-desemprego deveria ser condicionada à homologação no sindicato, tendo o
216 Coordenador-Geral da CGSAP esclarecido que nem todos os trabalhadores passavam por processos
217 homologatórios junto às entidades sindicais. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação,
218 em não havendo, considerou aprovado o Item tela. **INTERVALO.** O Presidente declarou intervalo de
219 uma hora para o almoço, ao término do qual os trabalhos foram retomados. Prosseguindo a reunião, o
220 Presidente passou ao **ITEM 9 - Proposta de Resolução que aprova o Código de Ética do Conselho**

221 **Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.** O Presidente propôs que esse
222 Item, na presente reunião, fosse objeto apenas de discussão e não de deliberação, não sendo registrada
223 nenhuma manifestação em contrário. O Vice-Presidente observou que todos os Conselhos possuíam
224 código de ética/conduta, no entanto, dado que o assunto demandaria uma discussão mais aprofundada,
225 sugeriu que cada Conselheiro levasse o Código para suas bases a fim de discutir melhor o tema,
226 destacando que em outro momento poderiam, ou não, submeter essa matéria à deliberação do
227 Colegiado. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou
228 aprovada a sugestão de encaminhamento apresentada pelo Vice-Presidente. Na sequência, o
229 Conselheiro do MPS solicitou um aparte a fim de requerer uma Moção de Apoio dos Conselheiros nos
230 termos a seguir: *Os membros do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador –*
231 *CODEFAT expressam apoio ao Decreto 6.957 que instituiu o Fator Acidentário de Prevenção – FAP,*
232 *sendo um instrumento importante do fortalecimento da cultura de prevenção neste país. Esse Decreto*
233 *colabora no sentido de fortalecer a Seguridade Social e contribuirá para a diminuição da*
234 *acidentalidade, tendo como resultante a permanência dos trabalhadores em locais de trabalho seguros*
235 *e decentes e não sofrer as consequências decorrentes do desemprego.* O Presidente informou que a
236 equipe técnica colheria a assinatura dos Conselheiros que desejassem subscrever a referida Moção de
237 Apoio. Em seguida, passou ao **ITEM 10 - Proposta de Resolução que autoriza o Ministério do**
238 **Trabalho e Emprego a remanejar os recursos do orçamento do FAT não transferidos aos**
239 **convenientes, no exercício de 2009, para execução das ações do Sistema Público de Emprego e**
240 **Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE, e estabelece percentual para**
241 **destinação de vagas de cursos de qualificação social e profissional para portadores de**
242 **deficiências.** O Presidente esclareceu que o remanejamento de recursos seria apresentado pela
243 Coordenação-Geral de Emprego e Renda – CGER, e o percentual de vagas para portadores de
244 deficiências pelo Gabinete da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE. O Secretário-
245 Executivo do CODEFAT informou sobre a distribuição de uma nova versão da minuta de Resolução
246 contendo contribuições do Grupo de Apoio Técnico ao CODEFAT - GTFAT. A Coordenadora-Geral
247 da CGER, Sra. Sandra Elisabeth Lage Costa, relatou que essa proposta de Resolução teria por
248 finalidade autorizar o MTE a remanejar o saldo dos recursos previstos no orçamento de 2009, não
249 transferido aos convenientes para execução das ações de “Orientação Profissional e Intermediação de
250 Mão-de-obra – IMO” e de “Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego – HSD”, no âmbito do
251 SINE, podendo o Ministério celebrar novos convênios e aditar convênios vigentes, para expansão da
252 capacidade de atendimento dos postos, ambas as situações preferencialmente para novos proponentes e
253 convenientes pertencentes à mesma Unidade da Federação da distribuição originária, observados os
254 critérios das Resoluções CODEFAT nº 563, de 19 de dezembro de 2007, e nº 575, de 28 de abril de

255 2008. O Secretário da SPPE - Substituto, Sr. Manoel Eugênio Guimarães de Oliveira, destacou que as
256 empresas enfrentavam dificuldades no cumprimento das cotas destinadas para pessoas portadoras de
257 deficiências devido a falta de qualificação dos/as trabalhadores/as pertencentes a esse público, razão
258 pela qual o Ministério estava propondo o estabelecimento da obrigatoriedade de destinação de, no
259 mínimo, 10% das vagas dos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQ e Planos Setoriais de
260 Qualificação – PlanSeQ, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, para portadores de
261 deficiências não restritivas ao exercício de atividade laboral, cumprido os requisitos legalmente
262 estabelecidos para o PNQ e disposições da norma regulamentadora da Política Nacional para a
263 Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O
264 Conselheiro do MPS solicitou a inclusão dos reabilitandos profissionais, conforme disposto na Lei nº
265 8.213, de 24 de julho de 1991. O Conselheiro da Força Sindical solicitou que fosse distribuída aos
266 Conselheiros uma minuta de resolução elaborada pela Central, com a cooperação de técnicos do MTE,
267 cuja principal contribuição seria trazer para o corpo da Resolução critérios de distribuição de recursos
268 estabelecidos pelas Resoluções de nº 563/2007 e nº 575/2008. O Vice-Presidente solicitou, quanto aos
269 portadores de deficiências, a substituição do termo “restritivas” por “impeditivas”, observando que todo
270 esse público seria portador de algum tipo de restrição. O Presidente indagou se havia mais alguma
271 manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Proposta de Resolução em tela com as sugestões
272 apresentadas pelo Vice-Presidente, bem como pelos Conselheiros do MPS e Força Sindical. Em
273 seguida, passou ao **VI – ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO – ITEM 11 - Obrigatoriedade da**
274 **qualificação para beneficiários do Seguro-Desemprego.** O Titular do Departamento de Qualificação
275 – DEQ, Sr. Carlo Simi, observou que a Constituição Federal estabelecia o direito ao Seguro-
276 Desemprego, o que não ocorria com a qualificação profissional, que aparecia apenas como uma opção,
277 destacando que seria importante trabalhar no sentido de tornar a qualificação também como um direito
278 do trabalhador. Relatou que no período de setembro de 2008 a setembro de 2009 foram beneficiados
279 com o seguro-desemprego, nas modalidades Trabalhador Formal, Trabalhador Resgatado e Empregado
280 Doméstico, 7.470.265 trabalhadores, totalizando dispêndio da ordem de R\$18,7 bilhões. O Diretor do
281 DEQ esclareceu que as atuais diretrizes do PNQ, constante da Resolução CODEFAT nº 575/2008 e
282 suas alterações, indicavam uma carga média de 200h e custo aluno/hora de R\$3,95 para cursos a serem
283 realizados em 2009, o que implicava em custo por trabalhador beneficiado em ações de qualificação de
284 R\$790,00. Observou, com base nesses valores, que seriam necessários R\$5,9 bilhões para atender com
285 qualificação os beneficiários do seguro-desemprego no período em referência. Arrazoou que a
286 obrigatoriedade de qualificação profissional contribuiria muito para reduzir os gastos com seguro-
287 desemprego. Enfatizou que o montante destinado à qualificação no PLOA/2010 (R\$161,2 milhões)
288 representava apenas 16% do valor proposto pelo MTE e aprovado pelo CODEFAT (R\$1,0 bilhão). O

289 Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro da CGTB relatou que já havia
290 escutado muitas vezes que a qualificação profissional poderia reduzir a taxa de desemprego no país,
291 acrescentando que discordava dessa afirmação. Declarou que de nada adiantaria o trabalhador buscar a
292 qualificação se não houvesse criação de postos de trabalho, o que ocorreria, entre outros fatores, pela
293 redução significativa das taxas de juros e o fortalecimento da demanda interna. O Conselheiro da
294 CNTur informou que a Confederação compartilhava do desejo de tornar a qualificação profissional um
295 direito do trabalhador, acrescentando que não detectava no Sistema “S” essa preocupação. Ressaltou a
296 importância de se efetuar a integração entre as ações de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-
297 obra e qualificação profissional. O Conselheiro Titular Representante da NCST, Sr. José Gabriel
298 Texeira dos Santos, considerou importante a qualificação profissional dos beneficiários do seguro-
299 desemprego, ressaltando, no entanto, que não haveria escolas profissionalizantes suficientes para
300 desenvolver esse trabalho. O Secretário-Executivo do CODEFAT referiu-se à alta rotatividade da mão-
301 de-obra como sendo a principal razão do crescimento do benefício do seguro-desemprego, destacando
302 que estava em curso um estudo a cargo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
303 Socioeconômicos - DIEESE com o objetivo de identificar as causas desse fenômeno. O Conselheiro da
304 CTB reiterou a necessidade de discutir a elevada rotatividade da mão-de-obra, observando que essa
305 questão estaria ligada, em parte, a prática de alguns empresários de trocar mão-de-obra qualificada por
306 outra com menor grau de qualificação a fim de reduzir gastos com folha de pagamento. O Presidente
307 observou que após o Seminário Nacional de Avaliação Externa do Programa Seguro-Desemprego, a
308 cargo da UnB, o Conselho poderia se debruçar melhor sobre essas questões do seguro-desemprego e da
309 qualificação profissional. A seguir, passou ao **ITEM 12 - Inclusão digital para micro empresas**. O
310 Presidente esclareceu que seria discutida proposta visando à inclusão digital para Micro e Pequenas
311 Empresas – MPE, ressaltando que o foco seria o software (prestação de serviços). O Conselheiro
312 Suplente Representante da CNS, Sr. Maurício Laval Pina de Sousa Mugnaini, informou que segundo
313 levantamento do SEBRAE/DIEESE, realizado em 2008, havia cerca de 2,2 milhões de MPE no país,
314 das quais 75% possuíam microcomputador, sendo que desse total apenas 34% contavam com software
315 que permitia o controle integrado de várias funções na empresa. Esclareceu que se entendia por
316 software integrado aquele que controlava simultaneamente compras, vendas, contas a pagar, contas a
317 receber e estoque, observando que a informatização nas MPE ainda ocorria de forma pontual e não
318 planejada, o que se verificava a partir do pequeno número de empresas que usavam software de forma
319 integrada. O Conselheiro da CNS concluiu, propondo que fosse ofertado às MPE o financiamento de
320 sua plena informatização, o que incluiria, além da infra-estrutura de hardware, o licenciamento de
321 software e a contratação de serviços de assessoria, treinamento e suporte, de modo a contribuir
322 decisivamente para a sua inclusão digital. Arrazoou que os projetos de informatização das MPE

323 deveriam custar entre R\$10,0 mil e R\$70,0 mil, registrando que o valor médio dos projetos ficaria em
324 torno de R\$40,0 mil por empresa. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro
325 Titular Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, manifestou apoio ao
326 projeto, enfatizando, caso fosse criada a linha para inclusão digital das MPE, que deveria ser observada
327 a celeridade na sua operacionalização. Indagou sobre o andamento da linha de crédito especial FAT
328 Moto-Frete, tendo o Secretário-Executivo do CODEFAT informado que essa Linha começaria a
329 funcionar a partir do presente mês, destacando que havia ocorrido um atraso além do normal, em parte,
330 devido à greve dos bancários. O Conselheiro da CGTB também manifestou apoio à proposta da CNS,
331 sugerindo que fosse observado com carinho o papel da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no
332 processo de inclusão digital para as MPE. O Conselheiro da CUT declarou que considerava importante
333 o projeto explanado pela CNS, relatando que oportunamente gostaria de apresentar contribuições para o
334 debate sobre o assunto. Na sequência, o Presidente passou ao **VII – INFORME SOBRE AS**
335 **RECOMENDAÇÕES DA SFC/CGU/PR: ITEM 13 - Plano de Providências relativo à Auditoria**
336 **da Avaliação de Gestão do FAT, exercício 2008, nº 224622.** O Secretário-Executivo do CODEFAT
337 informou que a auditoria realizada pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU havia
338 resultado em 8 (oito) constatações, tendo sido indicado dar conhecimento ao CODEFAT sobre o
339 posicionamento de algumas recomendações, o que seria realizado na presente reunião pela CGFAT e o
340 BNDES. **SUBITEM 13.1 – Pela Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT: 13.1.1 -**
341 **Informe sobre as divergências e recorrentes atrasos na análise dos RADE e demonstrativos**
342 **contábeis e financeiros desde o exercício de 2003 e exposição das razões que levaram a CGFAT,**
343 **por meio da Nota Técnica nº 54/2009-CGFAT/SPOA/SE/MTE, a considerar como de "Força**
344 **Maior" o não atendimento pelo Banco do Brasil e CAIXA da segregação de contas do FAT, que**
345 **justificasse a procrastinação da aplicação da suspensão do artigo 4º da Resolução CODEFAT nº**
346 **304/2002 (Item 4.1.1.1 do Relatório de Auditoria - Recomendação 002); e 13.1.2 - Subsídios**
347 **técnicos, para a deliberação, pelo CODEFAT, sobre a suspensão dos recursos do FAT, tendo em**
348 **vista o não atendimento das solicitações realizadas pela CGFAT (Item 4.1.1.1 do Relatório de**
349 **Auditoria - Recomendação 003).** O Coordenador-Geral da CGFAT – Substituto, Sr. Adilson
350 Vasconcelos da Silva, esclareceu que apresentaria informações sobre os Itens 13.1.1 e 13.1.2 de forma
351 simultânea. Observou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o
352 Banco do Nordeste do Brasil – BNB, o Banco da Amazônia – BASA e a Financiadora de Estudos e
353 Projetos – FINEP haviam apresentado toda a documentação exigida pelos normativos, sendo
354 evidenciado que estas instituições financeiras segregaram em suas contabilidades os recursos dos
355 depósitos especiais do FAT. Relatou a situação atual do Banco do Brasil: i) apresentou, incompletos,
356 Demonstrativo das Aplicações do FAT - DAF mensais e anual de 2003 e Relatório Anual da Aplicação

357 de Depósitos Especiais do FAT - RADE de 2003 a 2008; e, ii) enviou o cronograma, com prazo de até
358 30/12/2009, para entrega dos demais documentos relativos aos Demonstrativos Contábeis dos
359 exercícios de 2003 a 2008, juntamente com os Pareceres de Auditoria. Em seguida, registrou a situação
360 atual da Caixa Econômica Federal – CAIXA: i) apresentou os DAF dos exercícios de 2003 a 2008, que
361 foram cotejados com os extratos financeiros dos depósitos especiais do FAT; ii) apresentou os RADE
362 dos exercícios de 2003 a 2006 com assimetria de informações em relação aos extratos dos depósitos
363 especiais enviados; iii) enviou os RADE de 2007 e 2008, que se encontram em análise; e, iv) enviou os
364 Pareceres de Auditoria Interna e Independente dos exercícios de 2003 a 2007, com recomendações da
365 Auditoria Interna relativos aos registros contábeis e financeiros. O Coordenador-Geral da CGFAT –
366 Substituto finalizou, esclarecendo que o MTE/CODEFAT vinha mantendo a aplicação de depósitos
367 especiais no BB e na CAIXA, como motivo de força maior, de modo a não haver solução de
368 continuidade da política ativa de geração de trabalho, emprego e renda, destacando que a maior parte
369 dos depósitos especiais aplicados nos últimos três anos tinha sido direcionada para financiamento das
370 micro e pequenas empresas. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Vice-Presidente
371 propôs que essa questão da suspensão de recursos para o BB e a CAIXA fosse objeto de deliberação na
372 próxima reunião do CODEFAT. O Conselheiro da UGT propôs que fosse solicitado ao BB e à CAIXA,
373 com prazo para resposta, o cronograma de atendimento das recomendações exaradas pela SFC/CGU, o
374 que eximiria o Conselho de vir a responder por descumprimento da Resolução CODEFAT n.º
375 304/2002. O Presidente indagou aos Conselheiros se concordavam com as propostas apresentadas pelo
376 Vice-Presidente e pelo Conselheiro da UGT, não tendo sido registrada nenhuma manifestação em
377 contrário. Em seguida, passou ao **13.1.3 - Informe sobre os valores devidos pelo BNDES em razão**
378 **do descumprimento da Lei n.º 9.365/96 e da Resolução CODEFAT n.º 439/2005 e sobre as**
379 **sucessivas prorrogações de prazos do BNDES para apresentação do estudo referente à**
380 **remuneração dos depósitos especiais e a utilização de TJLP quando deveria remunerar pela**
381 **SELIC (Item 4.1.1.2 do Relatório de Auditoria - Recomendação 001– Alíneas ‘a’ e ‘d’). O**
382 Coordenador-Geral da CGFAT informou que o BNDES havia apresentado cronograma de envio das
383 planilhas financeiras de recálculo das diferenças de remuneração entre TJLP e SELIC, ressaltando que
384 para estimar o valor devido pelo Banco dependeria do recebimento desses cálculos e dos relatórios
385 gerenciais da movimentação financeira dos Depósitos Especiais do FAT, o que deveria ocorrer a partir
386 de 31 de dezembro de 2009, conforme cronograma apresentado pelo BNDES. Na sequência, o
387 Presidente passou ao **SUBITEM 13.2 – Pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e**
388 **Social - BNDES: Estudo acerca da taxa utilizada para remuneração dos recursos do FAT antes e**
389 **após a liberação das parcelas de financiamento ao tomador final (Item 4.1.1.2 do Relatório de**
390 **Auditoria - Recomendação 001).** O Conselheiro do BNDES informou que o estudo em referência

391 mostrava, conforme disposto nas normas relativas às operações indiretas do Banco, que constituía
392 obrigação dos agentes financeiros credenciados o repasse, em até 3 dias úteis, dos recursos recebidos
393 do BNDES aos tomadores finais. Destacou que a concessão desse prazo, que constava das Disposições
394 Aplicáveis aos Contratos do BNDES, vigorava desde a década de 1960, tendo por finalidade inicial
395 suprir a falta de automatização do sistema bancário brasileiro, bem como aumentar o interesse das
396 instituições financeiras em operar como agente do BNDES. Relatou que em atendimento à
397 recomendação exarada pela SFC/CGU, encontrava-se em análise na Área Jurídica do BNDES proposta
398 no sentido de que os tomadores finais recebessem, no mesmo dia, os recursos repassados pelo BNDES
399 nas operações indiretas. O Conselheiro do BNDES finalizou, declarando que numa avaliação
400 preliminar o valor da dívida havia sido estimado em cerca de R\$50,0 milhões, posição em outubro de
401 2009, enfatizando que o BNDES tinha a intenção de efetuar o pagamento da dívida tão logo fosse
402 concluído o cálculo do seu valor final. Em seguida, o Presidente passou ao **VIII – OUTROS**
403 **ASSUNTOS: Entrega dos seguintes documentos: Boletim de Informações Financeiras do FAT –**
404 **agosto/2009; Relatório da Execução da PDE – REL-PDE; Sumário-Executivo da Avaliação**
405 **Externa do PROGER – outubro de 2009.** O Presidente observou que esses documentos se
406 encontravam na pasta entregue aos Conselheiros no início da reunião. O Conselheiro da CUT solicitou
407 um aparte para sugerir que fosse pautado no CODEFAT um debate sobre a situação das Comissões de
408 Emprego, registrando que a Comissão Municipal de Emprego de Porto Alegre havia sido destituída. O
409 Conselheiro da UGT sugeriu, para o próximo ano, a realização de um novo Congresso Nacional das
410 Comissões Estaduais de Emprego, a fim de permitir ao CODEFAT verificar como estava a situação das
411 Comissões. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por
412 encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly,
413 Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo
414 Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

LUIGI NESE
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CNS

EZEQUIEL SOUSA DO NASCIMENTO
Vice-Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante do MTE

RODOLFO PÉRES TORELLY
Secretário-Executivo do CODEFAT

Continuação da Ata da 102ª Reunião Ordinária do CODEFAT

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Conselheiro Titular Representante do MF

REMÍGIO TODESCHINI
Conselheiro Suplente Representante do MPS

RENATO ANTÔNIO HENZ
Conselheiro Suplente Representante do MAPA

ADONIRAM SANCHES PERACI
Conselheiro Suplente Representante do MDA

PAULO LIBERGOTT
Conselheiro Suplente Representante do BNDES

QUINTINO MARQUES SEVERO
Conselheiro Titular Representante da CUT

LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da UGT

JOSE GABRIEL TEXEIRA DOS SANTOS
Conselheiro Titular Representante da NCST

UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA
Conselheiro Titular Representante da CGTB

JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO
Conselheiro Suplente Representante da CTB

NELSON DE ABREU PINTO
Conselheiro Titular Representante da CNTur
